

**Haddad sinaliza a parlamentares cortes de R\$30 bi em 2025 e R\$40 bi em 2026**

APÓS CONVERSAS COM LIRA E PACHECO

**O TAMANHO DO AJUSTE****Haddad sinaliza economia de até R\$ 30 bi este ano e de R\$ 40 bi em 2026**GERALDA DOCA  
E JOÃO SORIMMA NETO  
@geraldadoca  
@joaosorimma

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou à cúpula e a líderes do Congresso que o pacote fiscal em gestação há semanas pelo governo vai prever uma economia entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões em 2025 e de R\$ 40 bilhões em 2026, de acordo com pessoas que acompanharam as conversas.

Haddad se reuniu nesta semana com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e também já conversou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de líderes das duas Casas.

Segundo interlocutores, uma das principais medidas para conter o crescimento das despesas é a mudança no critério de reajuste do salário mínimo, que passaria a ter ganho real de no mínimo de 0,6% e no máximo 2,5% — o mesmo intervalo de crescimento de gastos do arcabouço fiscal.

Essa mudança tem um impacto gradual, já que considera a base do ano anterior para reajuste. Por isso o valor do pacote é maior nos próximos anos.

**DIVULGAÇÃO DIA 21**

Também faz parte do pacote o avanço do projeto que combate os supersalários, que depende do aval do Congresso; filtro nos programas sociais; realização de pente-fino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda); além de ajustes nas regras em alguns programas, como abono salarial (PIS), seguro-desemprego e seguro-desemprego. Procurada, a Fazenda disse que não iria comentar.

O governo, no entanto, descartou alterações no FGTS. Uma das medidas estudadas era utilizar a multa de 40%



Ministro. Ao negociar o pacote de ajuste, Fernando Haddad destacou a necessidade de adotar medidas para que as despesas caibam no arcabouço fiscal

dos depósitos do empregador para o fundo nas demissões para custear despesas com o seguro-desemprego.

Com a limitação do aumento do salário mínimo, que considera atualmente a inflação anual e o repasse integral do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, o governo passará a gastar menos com aposentadorias, pensões e demais benefícios, como seguro-desemprego e abono salarial — que são atrelados ao piso nacional. As despesas previdenciárias são as principais fontes de pressão sobre o Orçamento.

Segundo interlocutores do Congresso, durante as conversas com Pacheco e Lira na quarta-feira, Haddad tratou apenas das linhas gerais do pacote de ajuste fiscal.

A expectativa é que as medidas sejam anunciadas na próxima quinta-feira, após a visita do presidente da China, Xi Jinping, a Brasília, no dia anterior, e depois do encerramento do G20, no Rio.

O ajuste fiscal vai atingir as áreas com maiores orçamentos, como Saúde, Educação e Defesa. Por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Haddad pediu a colaboração dos comandantes das Forças Armadas, que devem propor ajustes pontuais no sistema de previdência dos militares.

Durante as negociações, o ministro da Fazenda tem insistido na necessidade de adotar medidas para que as despesas caibam no arcabouço fiscal. Há desconfiança do mercado em rela-

ção à firmeza do governo na condução da política fiscal.

Só na última semana, o dólar comercial avançou 0,91%, a R\$ 5,7896, à espera do anúncio das medidas de ajuste. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, voltou a afirmar, em entrevista à Folha de S. Paulo publicada ontem, que "quanto mais se espera (para tomar medidas), depois mais você acabando que fazer. O choque que precisa ser produzido depois é maior."

Para segurar despesas com abono, além da limitação do reajuste do salário mínimo, o governo estuda mudar o critério de renda para se ter direito ao benefício. Em vez de dois salários mínimos, como é atualmente, ele só seria pago a pessoas

com renda de até um salário mínimo e meio.

No caso do seguro-desemprego e do seguro-desemprego, a ideia é aumentar o prazo de carência. Também está no radar reduzir o número de parcelas.

Para passar a sinalização de que o pacote atingirá a todos, as medidas em estudo também incluem estabelecer desde já o imposto mínimo de 15% sobre a renda de quem recebe mais de R\$ 1 milhão por ano.

**ITAÚ: AO MENOS R\$ 60 BI**

Em relatório divulgado esta semana, os economistas do Itaú BBA estimaram que, para haver confiança na sustentabilidade do arcabouço fiscal, seria necessário um ajuste de despesas de pelo menos R\$ 60 bilhões nos próximos dois anos,

sendo R\$ 25 bilhões em 2025 e R\$ 35 bilhões em 2026.

Os economistas do banco avaliam que o montante de R\$ 25 bilhões pode ser obtido no ano que vem, caso haja sucesso nas medidas já anunciadas de pente-fino de benefícios sociais, o que levaria a uma desaceleração do crescimento de beneficiários da Previdência de 4% para 3%, e daqueles do BPC de 12% para 6%.

Já para 2026, a equipe do Itaú, liderada pelo economista-chefe Mario Mesquita, afirma considerar R\$ 35 bilhões "o valor mínimo necessário para o pacote de revisão de gastos ter sucesso em obter alguma redução da percepção de risco fiscal".

Para reduzir o crescimento de despesas no médio prazo, o relatório aponta que são necessárias mudanças estruturais, como a redução de indenizações e vinculações das despesas públicas, e um reforço na transparência e na credibilidade das regras fiscais.

A equipe do Itaú avalia que um pacote de corte de gastos robusto pode ser uma oportunidade para reduzir os temores em relação às iniciativas onerosas que o governo vem propondo, do ponto de vista fiscal, como a isenção do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil.

Eles dizem que, por meio da revisão de gastos, seria possível garantir, por exemplo, que novas políticas públicas (como o programa Pé-de-Meia, para estudantes) e expansão daquelas já existentes (como o vale-gás) sejam contabilizadas de forma transparente e sujeitas às regras fiscais vigentes.

O relatório observa que a arrecadação do governo tem se mostrado forte, mas os riscos fiscais continuam elevados, considerando a percepção de que as despesas obrigatórias estão crescendo acima do limite do arcabouço fiscal e "impedirão seu cumprimento até 2026."

**Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ****Seção: Economia Pagina: 11**